



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
XL COSAC**

(Paris, 3 e 4 de Novembro de 2008)

Membros da Delegação: Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS) e Deputados Isabel Pires de Lima (PS), Jacinto Serrão (PS), Mário David (PSD) e Jorge Tadeu Morgado (PSD)

A Delegação foi acompanhada pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Cristina Neves Correia.

A XL COSAC debateu os seguintes temas:

Ponto 1: Sessão de Abertura e adopção da agenda da XL COSAC

Gérard Larcher, Presidente do Senado francês, proferiu um discurso de boas-vindas aos participantes da reunião. Durante a sua alocução, salientou a relevância do conceito de subsidiariedade como instrumento de aproximação da União Europeia (UE) aos seus cidadãos, bem como o papel dos Parlamentos nacionais (PN) e do Parlamento Europeu (PE) nesse processo de aproximação e, conseqüentemente, na construção de uma União Europeia mais forte.

Bernard Accoyer, Presidente da Assembleia Nacional francesa lembrou o papel primordial da UE na busca de soluções para as recentes crises (problema da Geórgia e crise financeira), salientando que a UE tem que permanecer associada à direcção dos destinos europeus e mundiais. Acrescentou que o Tratado de Lisboa conferirá a estas acções a necessária estabilidade, eficiência e legitimidade. Neste contexto referiu, ainda, o papel que, pela primeira vez, é conferido aos PN, guardiães da democracia e sede própria de aproximação da UE aos cidadãos.

Hubert Haenel, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) do Senado e Pierre Lequiller, Presidente da CAE da Assembleia Nacional declararam a abertura da XL COSAC e colocaram a agenda à consideração dos presentes.

A agenda da COSAC foi adoptada por consenso.

Ponto 2: A Presidência francesa do Conselho da União Europeia

O Primeiro-ministro francês, François Fillon, orador convidado para iniciar este ponto da reunião, salientou a importância dos PN, bem como da sua participação no processo de construção europeia.

Continuou a sua alocução, referindo a importância da ratificação do Tratado de Lisboa, no qual se confere aos PN o poder de controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

com vista a todos os actos legislativos, o que constitui uma ligação vital entre os Estados membros e as Instituições europeias.

Acrescentou que as recentes crises haviam demonstrado que o actual quadro institucional não se adaptava aos desafios da UE e que as previsões do Tratado de Lisboa seriam mais adequadas, em especial devido à maior estabilidade da Presidência do Conselho e à possibilidade de a Europa falar a uma só voz.

Quanto às prioridades da Presidência francesa do Conselho da UE, tema que abordou, tanto no seu discurso inicial, como na sequência do debate, salientou os seguintes pontos:

- As relações com a Rússia, enquanto parceiro estratégico da UE: defendeu que apenas uma Europa unida pode ser suficientemente forte num diálogo com um parceiro incontornável;
- A importância do reforço das capacidades militares da UE, cujo orçamento militar é equivalente a 40% do orçamento militar dos EUA;
- A boa capacidade demonstrada pela UE na reacção à crise financeira, as propostas do Eurogrupo e a necessidade de uma nova ordem financeira internacional, baseada num sistema financeiro internacional mais regulado e transparente;
- A importância das eleições nos EUA para a cooperação UE/EUA em diversas áreas;
- A necessidade da UE alcançar consenso sobre as metas de combate às alterações climáticas, sem o qual a conferência de Copenhaga, em 2009, seria desprovida de sentido;
- A União para o Mediterrâneo, como resposta à luta global contra o terrorismo e onde a UE e a região do Mediterrâneo possam trabalhar juntos em projectos concretos;
- A atenção a dedicar pela Presidência francesa à proposta de Regulamento do PE e do Conselho referente ao acesso público aos documentos do Conselho e da Comissão;
- Os progressos na política de imigração e asilo e no exame de saúde à Política Agrícola Comum, que deverá estar concluído até ao final do ano;

A Delegação portuguesa participou neste painel, através de uma intervenção do seu Presidente, Deputado Vitalino Canas (PS), que concordou com a capacidade de liderança demonstrada pela UE, tanto no conflito entre a Rússia e a Geórgia, como na tentativa de resolução da recente crise financeira. Acrescentou que as referidas crises demonstraram que o mundo continua a precisar de uma Europa forte. Terminou a sua intervenção, indagando qual a perspectiva da Presidência francesa quanto às relações da UE com a Rússia.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

3. Apresentação do 10.º Relatório Bianual e conclusões do Grupo de Trabalho (GT) sobre cooperação entre os Parlamentos nacionais (PN) e a aplicação do Protocolo 2 sobre os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade

O Senador Haenel salientou a qualidade do Relatório, convidando os participantes a trocar pontos de vista sobre o capítulo dois do documento, referente à cooperação para uma melhor aplicação do Protocolo 2 do Tratado de Lisboa sobre os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade.

Do conteúdo do referido capítulo, bem como do debate ocorrido, resultou, em síntese:

- A existência de um acordo claro em promover a utilização do IPEX, bem como um interesse partilhado de trocar informação na fase de elaboração e antes da emissão dos pareceres fundamentados em caso de incumprimento do princípio da subsidiariedade;
- A utilização da rede de Representantes Permanentes em Bruxelas, como forma de troca de informação informal sobre os resultados do escrutínio;
- Algumas delegações defenderam reuniões intercalares da COSAC, em formação *ad-hoc*, quando, durante o período de oito semanas, se verificassem problemas de subsidiariedade referentes a uma iniciativa, num número significativo de PN;
- Esta proposta não foi, no entanto, consensual, considerando algumas delegações que o âmbito da COSAC transcende o escrutínio da subsidiariedade, devendo focar-se noutra tipo de debates;
- Foi salientada a importância do diálogo estabelecido ente a Comissão Europeia e os PN, nesta matéria.

4. A Segurança Energética e a União Europeia

Claude MANDIL, ex-director executivo da Agência Internacional da Energia, foi o orador convidado para abertura desta sessão. Na sua intervenção, demonstrou satisfação pelas conclusões do Conselho Europeu de 15 e 16 de Outubro pp., que acolhiam algumas das recomendações incluídas num relatório sobre segurança energética da sua autoria, elaborado a pedido do Governo francês e publicado em Abril de 2008.

Nesta sessão foram abordados os seguintes temas:

- Necessidade de diversificar as fontes energéticas e respectiva rotas de fornecimento para fazer face aos riscos de longo prazo (alterações climáticas) e de curto prazo (rupturas de fornecimento);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- O fomento da independência energética da UE, nomeadamente quanto ao fornecimento de energia, aumentando o investimento em produção e transporte, bem como a solidariedade entre os Estados membros;
- A necessidade de transparência referente a stocks, importações e exportações;
- Em suma, a necessidade de existência de uma vontade política que permita a construção de um mercado comum de energia;
- A sensibilidade das relações com a Rússia no que concerne ao fornecimento de gás (25% do gás consumido na UE é oriundo da Rússia);
- A especial atenção a dedicar ao tema da energia em 2009, em conexão com a questão das alterações climáticas (redução de CO2 e energias renováveis);
- A necessidade de intensificação do investimento em energias alternativas e diversificação dos fornecedores, nomeadamente com a aquisição de gás à Líbia, Irão e Qatar;
- Existência de mecanismos de crise para que a UE possa contornar problemas de rupturas de fornecimento;
- Promoção da eficiência energética.

O Deputado Jacinto Serrão (PS) participou na discussão sobre este tema, referindo que o problema da segurança energética transcende a acção e a vontade da UE e dos seus membros, constituindo uma questão que carece de resposta à escala global.

Lembrou que, em Portugal, os resultados alcançados ao nível da diversificação de fontes de energias renováveis e alternativas se situam acima da média europeia.

Terminou a sua alocução, salientando que, tão importante como a diversificação de fontes energéticas e políticas de abastecimento, era a intervenção ao nível dos comportamentos de poupança dos consumidores e sugeriu que as políticas europeias referentes às questões energéticas introduzissem incentivos à poupança.

5. Aproximar a Europa dos seus cidadãos. Que acções? Qual o papel reservado aos Parlamentos nacionais?

O tema foi introduzido por Pierre LEQUILLER, Presidente da CAE da Assembleia Nacional francesa e Jean-Pierre JOUYET, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus francês. Às alocuções dos oradores seguiu-se uma fase de debate com os parlamentares presentes.

Em síntese, foram abordados os seguintes tópicos:

- A importância de uma crescente participação dos cidadãos nos assuntos europeus (aproximar a Europa aos cidadãos);
- A relevância do papel dos PN como interlocutores privilegiados de ligação entre as políticas nacionais e a europeia;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- A utilidade de criar redes de cooperação entre os PN e o PE, nomeadamente através da realização de um debate anual sobre o *Estado da União*, com membros do PE e dos PN;
- O valor acrescentado de uma acção conjunta da União, mais perceptível para os cidadãos e por eles aceite, em tempos de crise, como a actual crise financeira;
- O reforço da cidadania europeia como elemento de aproximação da UE aos seus cidadãos
- A necessidade de dar visibilidade à contribuição da UE para a vida diária dos cidadãos, como a protecção dos consumidores, as comunicações móveis, a protecção contra catástrofes naturais e a livre circulação;
- O reforço dos meios financeiros no desenvolvimento de um mercado interno de trabalho e educação, como instrumento de desenvolvimento de uma dimensão de cidadania na UE;
- A realização de debates parlamentares, também entre os PN e o PE e no seio da COSAC, de conteúdos menos técnicos e abstractos e mais políticos, para aproximação dos cidadãos à UE;
- A facilidade de acesso aos documentos como forma de aumento de transparência.

6. Associação dos Parlamentos nacionais na área da liberdade, segurança e justiça, em particular no escrutínio das actividades da Europol e avaliação da actividade do Eurojust

Participaram neste painel, para além do Senador Haenel, também Jacques Barrot, Vice-presidente da Comissão Europeia, Max -Peter Ratzel, Director da Europol e José Luis Lopes da Mota, Presidente do Eurojust. Após as intervenções dos quatro oradores seguiu-se uma fase de debate.

Os temas abordados nesta sessão foram os seguintes:

- A importância da cooperação policial e judiciária, reconhecida pela generalidade dos cidadãos europeus;
- As melhores formas do escrutínio parlamentar da Europol, previsto no Tratado de Lisboa, mas sem contornos definidos quanto ao seu funcionamento. Neste contexto, recordou-se a proposta da Comissão Europeia de 2002, de criação de uma comissão parlamentar mista com representantes dos PN e do PE, com esse objectivo;
- A Comissão Europeia lançará uma série de iniciativas referentes ao espaço de liberdade, segurança e justiça, em Maio de 2009;
- A importância dos PN na comunicação com o público nestas matérias, bem como no controlo da execução da legislação europeia nestas matérias;
- A necessidade de reforço do controlo democrático da Europol e do Eurojust e a importância reforçada do papel dos PN, no controlo da conformidade do princípio da subsidiariedade nas matérias de liberdade, segurança e justiça;
- A confiança mútua como requisito prévio de uma cooperação efectiva;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- O enorme potencial da Europol, em contraste com um quadro legal desadequado para informação adequada dos Estados Membros;
- O papel central da política criminal e judicial na área da liberdade, segurança e justiça;
- A necessidade de padrões comuns de avaliação das actividades do Eurojust e dos seus membros;
- A possibilidade de criação de um Gabinete do Procurador Europeu, nos termos do art.º 86.º do Tratado de Lisboa;
- A dificuldade de obtenção de informação por parte das autoridades de alguns Estados-membros, como constrangimento da actividade do Eurojust e a possibilidade dos PN actuarem para obviar a esse constrangimento;
- Interesse na continuação do debate para promoção de uma solução comum de reforço do controlo democrático destas instituições e melhoria do balanço entre os valores da segurança e da liberdade.

O Senhor Deputado Tadeu Morgado (PSD) participou neste ponto da reunião. Iniciou a sua intervenção, concordando com o Senador Haenel, no que concerne ao facto dos cidadãos europeus desejarem maior cooperação judicial e policial entre os Estados-Membros, para uma maior eficiência e eficácia no combate aos crimes de cariz transnacional.

Recordando os dados avançados pelo Comissário Barrot, o Senhor Deputado reiterou o consenso entre os cidadãos europeus, quanto à necessidade de acção da UE nestas matérias. Lamentou, no entanto, que nem sempre os cidadãos europeus tenham conhecimento do excelente trabalho desenvolvido pela Europol e Eurojust.

A partir desta última reflexão, indagou sobre a forma de dar maior visibilidade ao trabalho destas duas instituições e sobre o modo como os parlamentares poderiam contribuir para esse esforço de visibilidade, demonstrando aos cidadãos europeus esta mais-valia da União Europeia.

7. Avaliação do Teste de subsidiariedade no âmbito da COSAC sobre a proposta da Comissão Europeia para a adopção de uma Directiva do Conselho sobre a implementação do princípio da igualdade de tratamento entre pessoas sem distinção da sua religião ou crença, de deficiência, de idade ou de orientação sexual

O Senador Haenel recordou que a realização do teste de subsidiariedade à proposta supra identificada, havia sido deliberada na Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus a 18 de Fevereiro de 2008, em Ljubljana.

A iniciativa foi publicada pela Comissão Europeia a 2 de Julho de 2008, pelo que o período de oito semanas após a disponibilização da proposta em todas as versões



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

linguísticas, coincidiu com os períodos de recesso parlamentar dos PN, dificultando a realização do teste atempadamente.

O Secretariado da COSAC recebeu um total de 32 respostas de 22 Estados Membros. No entanto, apenas a 17 PN (entre os quais a AR) de 13 Estados Membros concluíram o teste de subsidiariedade no prazo de oito semanas após a publicação da iniciativa em todas as versões linguísticas.

Apenas a Câmara irlandesa *Houses of the Oireachtas* indicou que a proposta não respeitava integralmente o princípio da subsidiariedade.

O teste de subsidiariedade seguinte deverá ocorrer em Dezembro, com a publicação da proposta de Directiva do PE e do Conselho sobre as condições de doação, transacção, testes, preservação, transporte e caracterização de órgãos humanos.

A decisão sobre os testes de subsidiariedade a realizar em 2009 será tomada durante a Presidência checa.

Foi acolhida com agrado a indicação da Comissão Europeia de considerar o período de recesso parlamentar na contagem do período de oito semanas.

8. Adopção do Contributo e Conclusões da XL COSAC

O Contributo e Conclusões da XL COSAC, em anexo ao presente relatório, foram aprovados por consenso.

De referir ainda, que os parlamentares reunidos na XL COSAC prestaram homenagem a Lord Julian Grenfell, para quem esta foi a última COSAC em que participou, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes do Reino Unido.

O Presidente da Comissão

(Vitalino Canas)



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

Anexos:

- 1 - Programa;
- 2 - Lista dos Participantes;
- 3 - Conclusões da Reunião e Contributo da COSAC para as Instituições Europeias;

NOTA: Outra documentação de suporte à reunião (nomeadamente os discursos de alguns oradores e o 10º Relatório bianual) poderá ser consultada no sítio da COSAC, no endereço desta reunião: <http://www.cosac.eu/en/meetings/Paris2008/doc/>